

O que pensam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade sobre o seu bem-estar e a qualidade de vida

What do children and adolescents in vulnerability situation think about their well-being and quality of life

Qu'est-ce que pensent enfants et adolescents en situation de vulnérabilité sur leur bien-être et qualité de vie

Marlene Schüssler D'Aroz
Universidade Federal do Amazonas
darozmarlene@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8017-5681>

Elizabete Aparecida Bragatto Abate
Universidade Federal do Paraná
elizabeteabate@gmail.com
Https : <https://orcid.org/0000-0003-2428-1049>

Tania Stoltz
Universidade Federal do Paraná
tania.stoltz795@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9132-0514>

RESUMO

Sistema de valores, contexto cultural e condição social definem a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo. Este estudo tem o objetivo de apresentar concepções de 92 crianças e adolescentes entre 9 e 12 anos em risco social acerca do bem-estar e da qualidade dos espaços onde vivem. Trata-se de um estudo quantitativo, utilizando o questionário "Qualidade de vida e Bem-Estar para jovens (QVBE)" analisado por um programa estatístico. A partir da análise estatística dos resultados, foram criadas categorias considerando cada bloco de perguntas. Observou-se que a precária estrutura familiar, a baixa escolarização dos pais e o desemprego agravam as condições de vida, ampliando a vulnerabilidade dos pais e, por consequência, dos filhos. Concluiu-se que a qualidade de vida e os contextos vividos estão diretamente relacionados à vulnerabilidade social e à resiliência, sendo necessário um novo olhar que valorize aspectos físicos, econômicos e psicológicos envolvidos na pobreza.

Palavras-chave: Contextos de Vida. Vulnerabilidade social. Criança. Adolescente. Pobreza.

ABSTRACT

Values systems, cultural context and social condition establish the individual's quality of life and well-being. This study aims to present the conceptions of 92 children and adolescents aged between 9 and 12 years in social risk regarding the well-being and quality of the spaces where they live. *It is a quantitative study that uses the questionnaire "Quality of life and Well-Being to Young people (QVBE)", analyzed by a statistic program. Categories were created considering each block of questions from the statistical analysis of the results. It was inferred that a precarious familiar structure, a poor education of the parents and unemployment aggravate life conditions, amplifying the parents' vulnerability and as consequence the children's. It was concluded that quality of life and the experienced context are directly related to social vulnerability and resilience, making necessary a new regard that valorizes physical, economic and psychological aspects involved in poverty.*

Keywords: Life contexts. Social vulnerability. Child. Teenager. Poverty.

RÉSUMÉ

Les systèmes de valeurs, le contexte culturel et la condition social établissent la qualité de vie et le bien-être de l'individu. Cette étude a le but de présenter les conceptions de 92 enfants et adolescents en risque social âgés entre 9 et 12 ans en concernant le bien-être et la qualité des espaces où ils habitent. C'est une étude quantitative qui utilise le questionnaire "Qualité de vie et Bien-Être pour les jeunes (QVBE)", analysé par un programme statistique. Après l'analyse statistique des résultats, des catégories ont été créés, en considérant chaque bloc de questions. La structure familiale fragile, la faible scolarité des parents et le chômage accentuent les conditions de vie, en élargissant la vulnérabilité des parents et, par conséquent, des enfants. On a conclu que la qualité de vie et les contextes vécus sont directement liés à la vulnérabilité sociale et à la résilience, c'est donc nécessaire un nouveau regard qui valorise les aspects physiques, économiques et psychologiques impliqués dans la pauvreté.

Mots-clés : Contextes de vie. Vulnérabilité sociale. Enfant. Adolescent. Pauvreté

Introdução

Um dos mais expressivos desafios da humanidade é a superação das vulnerabilidades nas quais a maioria das famílias se encontra. No âmbito familiar, a infância é uma etapa extremamente afetada e com inúmeras e graves consequências, o que tem levado a diversas investigações nas mais diferentes áreas e especialidades e sob múltiplos enfoques, estimulando a ciência a melhor compreender essa fase da vida, interpretá-la e promovê-la (RIZZINI *et al.*, 2015; DEL PRIORE, 2012; SARMENTO; TREVISAN, 2017; ABRAMOVAY *et al.*, 2002; SOBRAL *et al.*, 2015; ABREU; VINÃS, 2016).

A vulnerabilidade social não é recente, os primeiros conceitos sobre esta condição datam da década de 1980, como resposta à epidemia de Human Immuno deficiency Virus (HIV), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e ao movimento dos direitos humanos. Com a fragilidade humana causada pelo vírus, a vulnerabilidade foi inserida nas discussões de saúde pública e vem conquistando, desde então, maior notoriedade e espaço, passando a ser compreendida como um fenômeno social, por afetar sobretudo os menos favorecidos socioeconomicamente (AYRES *et al.*, 2009).

Vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e inacessibilidade aos serviços básicos e acomete tanto a população adulta e idosa quanto as crianças e adolescentes, especialmente aqueles de menor nível socioeconômico. É uma situação que fragiliza e interfere no bem-estar e qualidade de vida dessas pessoas, de maneira individual e/ou coletiva. Esses atributos podem se inter-relacionar com diversos fatores, como condições sociais, históricas, econômicas e ambientais da família (ABREU *et al.*, 2016). Ao longo dos anos, com o crescimento das pesquisas nesta temática (ABRAMOVAY *et al.*, 2002; VERONESE; GUARESCHI, 2007; PRATI; COUTO; KOLLER, 2009; RIZZINI *et al.*, 2015), surgiram novas e variadas conotações que conceituam a vulnerabilidade, levando em consideração os contextos pessoal e familiar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2020) e com organizações como a United Nations Children's Fund (UNICEF) (2015) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (2021), condição social básica é quando a família está vulnerável e em situações agravadas pelos riscos aos quais estão expostas. Tais concepções corroboram com Ayres *et al.* (2009), quando este ressalta que o vulnerável é o mais fraco, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e passa a ser alvo de políticas públicas específicas de auxílio e busca de garantia de direitos.

Do público dito vulnerável, as famílias passaram a ser o cerne das observações, e dentro delas diversos fatores vêm chamando a atenção, dentre eles, a pobreza. A condição de pobreza é compreendida como a falta de recursos monetários para acessar bens e serviços essenciais à vida, tais como moradia, saúde, alimentação, segurança e educação.

Conforme Rizzini *et al.* (2015), ao comparar situações vividas por famílias em décadas anteriores com o contexto atual, as condições de pobreza e de vulnerabilidade social e pessoal pouco mudaram, e a infância continua a ser a fase da vida mais afetada. De acordo com dados do UNICEF (2015), o problema da pobreza não caminha sozinho, tampouco representa a vulnerabilidade de algumas famílias e contextos. A infância por

séculos vem perdendo seu espaço e tempo de ser integralmente pueril para cenários de dificuldades e violências, desfigurando a imagem de inocência que resguardamos dessa fase do desenvolvimento humano (RIZZINI *et al.*, 2015).

Ainda segundo Rizzini *et al.* (2015), a família, que supostamente deveria ser um espaço de proteção da criança, passa a representar também um risco. Com esse cenário, a escola acaba frequentemente assumindo funções mais complexas que perpassam o ensino, como mediar conflitos, orientar e proteger, mesmo que o contexto escolar apresente índices expressivos de desigualdades. É nessa complexidade que estão as famílias, as infâncias e a qualidade desta conexão social, educacional e comunitária.

De acordo com Sarriera (2014), os infantes, sujeitos ativos nestes contextos, têm contribuído com indicadores de qualidade de vida e bem-estar de forma objetiva e subjetiva, é o sujeito que avalia a sua própria vida e não é analisado sob a perspectiva do adulto. Partindo desta premissa, o objetivo do presente estudo é apresentar concepções de crianças e adolescentes em risco social acerca do bem-estar e da qualidade dos espaços onde vivem. Para este estudo, priorizou-se a voz desses atores norteados pela questão: como a criança percebe os espaços onde está inserida?

1. Crianças em contextos vulneráveis

A cada época, a infância ganha um novo capítulo na história do país, da família e da sociedade, é a etapa mais importante da vida e deve ser vivida plenamente. Para a criança, a plenitude pode ser entendida e vivenciada de diferentes formas, podendo ser plena mesmo em contextos de risco, onde a liberdade e as brincadeiras podem dificultar a percepção dos reais problemas sociais. A falta de garantia dos direitos da criança tende a se intensificar nos contextos com maiores desigualdades, o que aumenta as vulnerabilidades, que podem ser sociais, socioeconômicas, culturais, mas também humanas (RIBEIRO; ROMERO, 2009).

Conforme Veronese e Guareschi (2007), vulnerabilidade social é uma denominação moderna de pobreza, entretanto os autores destacam que, estando associada à pobreza, está também associada ao risco e aos múltiplos problemas sociais. Nesse contexto, Packmann (2007) ressalta que nem toda família que apresenta múltiplos problemas encontra-se em situação de pobreza e vulnerabilidade, e Abramovay *et al.* (2002) complementa que a vulnerabilidade social abrange privações diversas, dentre elas, a falta de condições para o bem-estar social e suas causas.

Com base nos estudos de Rizzini et al. (2015), a interconexão de diversos fenômenos que afetam as famílias (desemprego, saúde, baixa escolarização), associada à crise instalada nos setores políticos e econômicos, intensifica a violência e o processo de vulnerabilidade, contribuindo para um duradouro cenário desfavorável. Em contrapartida, Prati, Couto e Koller (2009, p. 404), salientam que as famílias de seus estudos se apresentam vulneráveis por estarem fragilizadas e suscetíveis a fatores de risco. Por último, Schumann e Moura (2015, p. 2106) conceituam vulnerabilidade como “processos sociais dinâmicos e multigeracionais nas dimensões: exposição a trajetórias de risco, capacidades internas e externas de reação e possibilidades de adaptação baseadas tanto na intensidade do risco quanto na resiliência das pessoas”.

De forma individual ou coletiva, o indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade, em algum momento já passou por uma exclusão social (RIZZINI et al., 2015), sendo que, para Tomás (2016), esse conceito de exclusão social, embora relacionado à pobreza, não deve ser concebido como seu sinônimo. Nessa premissa, é necessário avaliar também a precarização da escolarização e do trabalho, desqualificação social, desagregação identitária e desumanização causada pela invisibilidade do outro.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi um marco na forma de se considerar a infância. A partir deste documento, a criança passa a ser entendida como cidadão de direitos, que deve ser escutada, pode expressar livremente sua opinião e participar das decisões que a afetam. Paralelamente, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), possibilitou o tratamento das questões relacionadas à infância, no que diz respeito aos direitos e riscos aos quais as crianças e adolescentes estão submetidos, passando a ser pauta de discussão e de implementação de ações políticas, sociais e educacionais.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) para a Infância, as crianças são “[...] especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País”. (UNICEF, 2015). Para o UNICEF, com as violações aos direitos e com os índices de vulnerabilidade social e individual das famílias, muitas vezes, a criança nessa situação é privada de sua infância e conseqüentemente do seu pleno desenvolvimento. Para esse órgão, não faltam leis para as nossas crianças, o que falta é cumpri-las efetiva e integralmente.

Mesmo com os avanços em relação à proteção e garantia dos direitos da criança, é comum vê-las nas ruas brincando, e também trabalhando. Isso se deve, pois muitas famílias

não compreendem que o trabalho infantil é uma forma de exploração e pode ter consequências nocivas imediatas e duradouras, comprometendo a vida atual e futura da criança, com impacto nos aspectos físicos, psicológicos, educacionais, entre outros. Quanto aos aspectos físicos, pode causar problemas respiratórios, musculares, ósseos, distúrbio do sono e fadiga, por exemplo. Em relação aos fatores psicológicos, os mais comuns são a agressividade, a depressão e o isolamento social. Já os educacionais podem implicar num baixo rendimento escolar, distorção idade/série, além de acarretar trabalhos com menor remuneração na vida adulta. Esses acumuladores de vulnerabilidades se fazem presentes muitas vezes para aqueles que precisam trabalhar, geralmente os filhos de famílias oriundas de comunidades extremamente pobres e sem acesso a políticas públicas e sociais efetivas (JUNIO, 2020, p. 34).

Os impactos mais recorrentes são percebidos nas escolas frente às dificuldades na aprendizagem e de forma mais expressiva no alto índice de evasão escolar. Sobre a relação da vulnerabilidade com a escola, Vasconcelos (2015) ressalta que:

A realidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social, em espaços educativos, que os atendem, [...], requer desenvolvimento de uma educação que caminhe no sentido da atividade, de modo a posicioná-los como cidadãos incluídos, mediante uma Pedagogia comprometida com a mudança social e com foco nos direitos humanos. [...]. O ensino deve promover sentido social, que resulte em ações conscientes e permitam por esta dinâmica a transformação dos sujeitos. (VASCONCELOS, 2015, p. 9-94).

Vasconcelos (2015) ainda sustenta que, além do ensino, outros aspectos devem ser considerados, como as questões emocionais causadas pela fragilização dos vínculos afetivos familiares e do meio social, as condições da alimentação, moradia, segurança e saúde, que poderão repercutir significativamente no desempenho escolar.

São diversos os fatores que determinam a construção social da vulnerabilidade e tornam mais complexas as formas de intervenção de programas sociais. Na comunidade campo da pesquisa, a maioria das famílias é monoparental, e são chefiadas por apenas um adulto, primordialmente mulheres, formação que abrange um grande contingente dos arranjos familiares brasileiros. Além disso, são frequentes os modelos com a presença do padrasto ou da madrasta trazendo filhos de uniões anteriores, culminando em famílias com muitos membros. Esse modelo familiar pode aumentar os níveis de vulnerabilidade e exigir maior empenho parental nas tarefas de cuidar, proteger, estimular, orientar e interagir com

a criança, aspectos fundamentais para a formação das habilidades cognitivas, sociais e emocionais do infante (PETRUCCI; BORBA; KOLLER, 2016).

Nos diferentes ambientes, em casa, na escola e/ou na comunidade, atividades como brincar, passear, conversar, cantar e contar histórias são importantes para o pleno desenvolvimento da criança. É nesse sentido que a escola precisa ser muito mais do que apenas salas de aula, todos os espaços devem ser explorados, ampliando o acesso ao aprendizado.

O direito à educação é uma das premissas destacadas no ECA, no entanto, ter acesso à matrícula e frequentar a sala de aula não asseguram esses direitos. Muitas crianças, por mais que apresentem habilidades diversas, serão compreendidas pela escola como aquelas com limitações marcadas pela condição social (SARMENTO; VEIGA, 2010). Sem dúvida, as questões sociais exercem forte influência no seu desenvolvimento. A esse respeito, Petrucci, Borba e Koller (2016), defendem que, ao mesmo tempo em que a escola desempenha papel fundamental na transformação deste público, assume compromisso também com as famílias no que diz respeito aos cuidados das crianças. Essa visão é compartilhada por Rezende, Lemos e Medeiros (2017, p. 419), ao ressaltar que a situação socioeconômica e a escolaridade da família “afetam a qualidade de vida influenciando o bem-estar subjetivo”. O termo bem-estar subjetivo é “utilizado para descrever o bem-estar das pessoas a partir de sua própria avaliação e não por parâmetros externos” (SARRIERA, 2014, p. 6). Em síntese, são julgamentos e sentimentos em relação à satisfação com a vida, que envolvem aspectos como interesses, relações afetivas, trabalho, escola, relacionamentos e saúde.

Os estudos de Barbosa, Delgado e Tomás (2016), Sarmento e Trevisan (2015) e Tonucci (2003) corroboram para lembrar que as crianças, frente às crises sociais e econômicas, são certamente as mais afetadas, entretanto, apesar das diversas dificuldades que enfrentam, percebem e organizam seus mundos de maneira diferente dos adultos, permeadas pela cultura e sociedade onde estão inseridos. Nessa perspectiva, enfrentar as dificuldades, geração pós geração, tem sido uma constante na vida das famílias e das crianças deste estudo.

2. Método

Para a realização do estudo foi utilizada a abordagem quantitativa ancorada em Boudon (1971), que sustenta a ideia de que os métodos quantitativos têm uma grande flexibilidade, apesar de não serem vistos dessa forma.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Curitiba numa comunidade próxima ao centro da capital paranaense, cercada por condições precárias e uma abundância de problemas e segregação social. Na comunidade, a maioria das famílias vive do trabalho informal, principalmente da coleta de material reciclado. Considerando a baixa renda dessa população, acentua-se a condição de pobreza e de vulnerabilidades, o que está em contradição, se comparado aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2016, sobre Curitiba ser a 3ª capital com o melhor bem-estar urbano do país.

A coleta de dados foi realizada em dois contextos da comunidade: o centro de convivência, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social há 16 anos, e uma escola municipal.

2.1 Participantes

A amostra é composta por 92 crianças e adolescentes entre 9 e 12 anos, dos quais 56 são estudantes de uma escola municipal localizada em Curitiba e 36 são atendidos num Centro de Convivência no contraturno escolar. Todos são alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental. O critério de seleção foi a família estar inscrita no Programa Governamental Bolsa Família.

2.2 Instrumentos

Este estudo integra uma pesquisa maior realizada por meio de três instrumentos: questionário modelo Kidscreen-52 para jovens e para pais e responsáveis (GUEDES; GUEDES, 2011), questionário Qualidade de vida e Bem-Estar para jovens (QVBE) (BEDIN; SARRIERA, 2014), todos validados no contexto brasileiro, e uma entrevista individual semiestruturada acerca do entendimento dos participantes sobre pobreza. No presente artigo, foram considerados somente os resultados do questionário QVBE (BEDIN; SARRIERA, 2014).

O QVBE é composto por 28 dimensões, com temas relacionados à: Convivência Familiar, Estado Emocional, Relação de Amizade, Ambiente Escolar, Aspectos Financeiros, Meio em que Vive, Conhecimento sobre os Direitos da Criança e Religião, com subitens que variam de 2 a 10 perguntas. Nesse instrumento as respostas são marcadas em escalas de 4 ou 5 pontos, dispostos em: 1) discordo muito, discordo, nem discordo nem concordo, concordo, concordo muito; 2) nenhuma, uma ou duas vezes, a maioria dos dias, todos os

dias; 3) nunca, algumas vezes, frequentemente, sempre, não sei; 4) nunca, uma vez, duas ou três vezes, mais de três vezes; 5) raramente, menos de uma vez na semana, uma ou duas vezes na semana, todos os dias ou quase todos os dias. Algumas dimensões utilizam imagens como resposta.

2.3 Procedimentos de coleta de dados

Os participantes foram selecionados por conveniência. Na escola, a diretora responsável assinou um termo específico de concordância, bem como as famílias e as crianças que aceitaram participar assinaram os Termos de Consentimento e Assentimento. A coleta de dados foi realizada coletivamente nas salas de aula, conduzidas por duas pesquisadoras, com duração aproximada de 50 minutos. No Centro de Convivência, os termos de concordância também foram assinados por todos os envolvidos e a coleta de dados ocorreu na biblioteca e na sala da pedagoga. Houve coleta também nas residências nos finais de semana para aquelas crianças que não estavam no centro de convivência ou na escola nos dias da pesquisa.

As etapas da pesquisa foram realizadas conforme rege a ética em pesquisa envolvendo os seres humanos, Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em saúde da Universidade Federal do Paraná, processo nº 1.738.145. Os questionários foram respondidos de forma anônima e confidencial. Dessa forma, os resultados serão publicados de modo que os participantes e a escola não sejam identificados.

3. Resultados, análise e discussão

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos a partir das respostas dos participantes e os dados foram tratados por um programa estatístico (EXCELL). Foram analisadas as dimensões: convivência familiar, meio em que vive, ambiente escolar e aspectos da autopercepção. As respostas foram aglutinadas, considerando os âmbitos investigados e, na sequência, realizou-se à análise e discussão dos resultados. Nas análises foram abordadas, tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva, buscando captar como os participantes vivem e se relacionam.

O estudo investigou a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo de 92 crianças de 09 a 12 anos, a partir do questionário QVBE (BEDIN; SARRIERA, 2014). Desses participantes, 56,5% são do sexo feminino, conforme Figura 1.

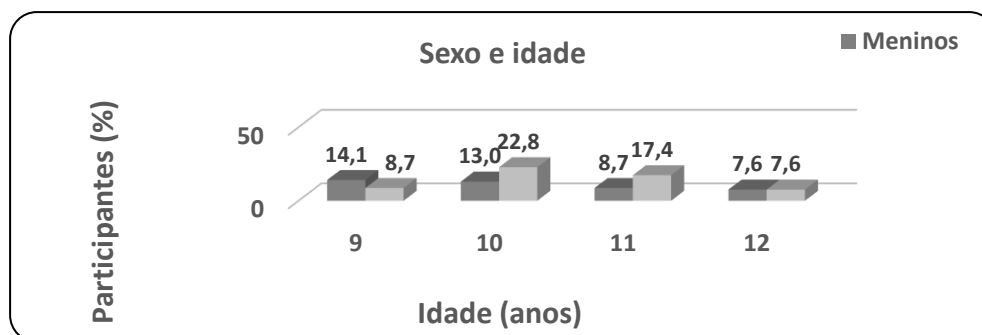


Gráfico 1 - Participantes por idade e sexo

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

Observou-se que, no geral, as crianças e os adolescentes apresentaram uma boa percepção da Qualidade de Vida e Bem-estar, já que atingiram em todas as dimensões pontos médios acima de 60%.

3.1 Ambiente familiar

De acordo com as questões relativas à satisfação com o lar e com as pessoas com quem vivem, as respostas seguiram à escala de concordância, conforme Figura 2.

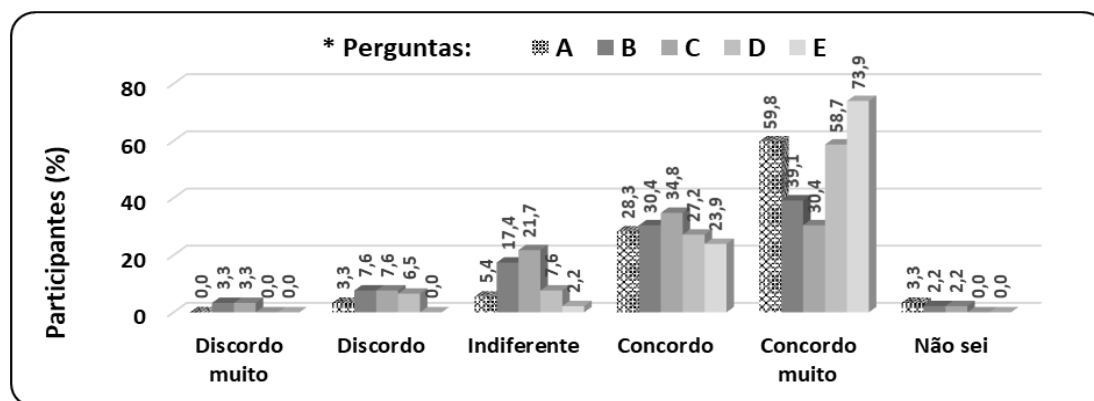


Gráfico 2 - Ambiente familiar*

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

*A - Eu me sinto seguro em casa; B - Eu tenho um lugar tranquilo para estudar em casa; C - Meus pais (ou as pessoas que cuidam de mim) me escutam e levam em conta o que eu falo; D - Nós temos bons momentos juntos em família; E - Os meus pais (ou as pessoas que cuidam de mim) me tratam bem.

No ambiente familiar os resultados descritos na Figura 2 indicam que 97,8% dos participantes acham que os pais ou responsáveis os tratam bem e 85,9% alegam ter bons momentos em família, além disso 69,5% das crianças têm um lugar tranquilo em casa para

estudar. A dimensão associada a se sentir seguro em casa também atingiu um índice alto de 88,1%. Esse índice pode estar associado ao fato dos participantes se sentirem seguros com os pais ou responsáveis, ainda que o ambiente externo de vulnerabilidade e violência, ao qual estão expostos, possa ser um gerador de insegurança, uma vez que a qualquer momento essa violência pode acometê-los ou a seus familiares e amigos (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009). Sobressai, na Figura 2, o índice de 65,2% que concordaram que os familiares e ou cuidadores os escutam e levam em conta o que falam, sendo 34,8% aqueles que não concordam com essa afirmação. Essa importância que a família dá ao indivíduo quando leva em consideração suas ideias e opiniões lhe fornece um sentimento de pertencimento e afeto, o que contribui para melhores resultados de qualidade de vida e bem-estar (SOBRAL *et al.*, 2015).

Com relação ao tempo em família, mostrado na Figura 3, 56,5% dos participantes alegaram ter conversado com os familiares na semana anterior à aplicação do questionário, 66,3% afirmaram ter se divertido juntos e 65,3% aprenderam algo em família.

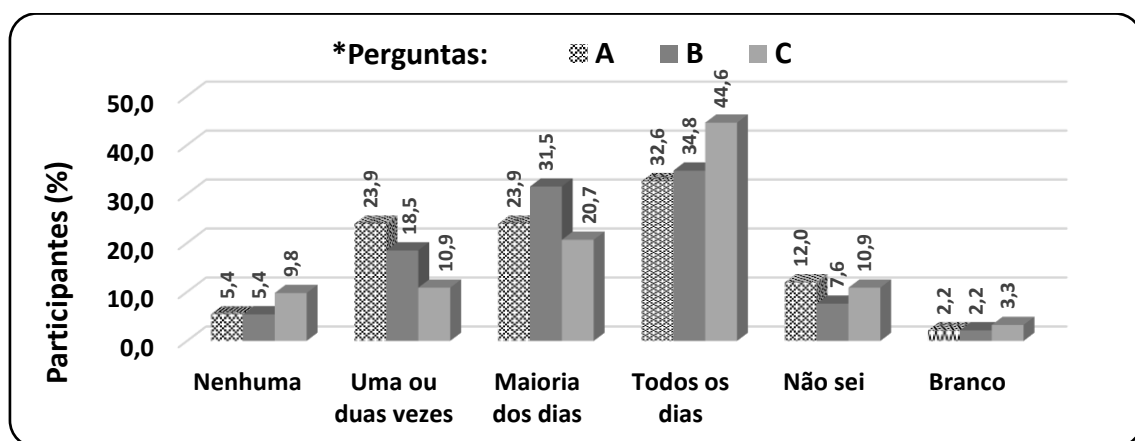


Gráfico 3 - Tempo em família*

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

*Quantas vezes na semana passada você passou o tempo fazendo as seguintes coisas com sua família: a) conversaram juntos; b) divertiram-se juntos; c) aprenderam juntos.

Os resultados confirmam o já exposto, que as crianças e adolescentes sentem falta da presença e do diálogo com os familiares. Observou-se que o tempo em família é comprometido, muitos participantes ficam sozinhos em casa ao longo do dia em função das longas jornadas de trabalho dos familiares, prevalecendo um contato restrito e muitas vezes de pouca qualidade. Esses resultados retratam que a relação familiar é, portanto, o aspecto mais relevante nessa fase da vida para lidar com as adversidades às quais as crianças e

adolescents estão expostos, ao que Sobral *et al.* (2015, p. 576) diz que “o diálogo no âmbito familiar possui importância central para que os adolescentes, independentemente do sexo, tenham a melhor adaptação possível às transformações dessa fase”.

3.2 Meio em que vive: Bairro

O ambiente onde vive também é um aspecto de extrema importância na qualidade de vida e bem-estar, em especial da criança e do adolescente. Abaixo, na Figura 4 observa-se resultados quanto a segurança que os participantes sentem no bairro onde vivem. Nesta dimensão, 56,5% sentem-se seguros ou muito seguros, entretanto, 17,4% não se sentem seguros e 26,1% estão indiferentes ou não souberam avaliar. A segurança, sobre a qual os participantes relatam, provavelmente está relacionada a sua adaptação no decorrer dos anos ao ambiente hostil, pois já conhecem a região e seus habitantes. Mesmo já acostumados à essa realidade, os riscos e a vulnerabilidade a que estão expostos “afeta diretamente seu desenvolvimento, aprendizagem, competência social e comportamento. As crianças são mais vulneráveis às condições adversas que os adultos” (ABREU *et al.*, 2016, p. 2).

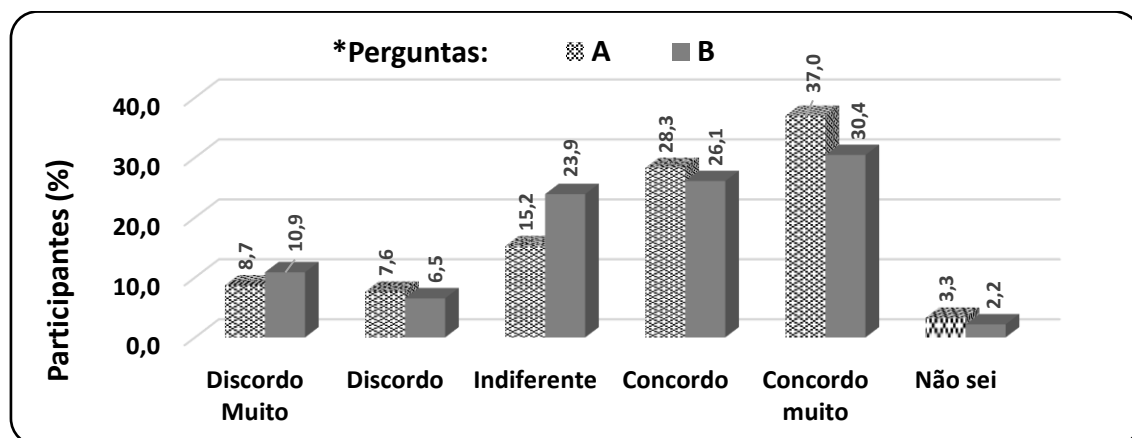


Gráfico 4 - Ambiente onde vive*

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

* O quanto você concorda ou discorda com cada uma destas frases? A) Em meu bairro há lugares suficientes para brincar ou me divertir; B) Eu me sinto seguro quando caminho no bairro.

Com relação aos lugares para brincar e se divertir no bairro, observou-se que 65,3% dos participantes acham que há lugares suficientes. Esse aspecto vai ao encontro dos resultados com referência à felicidade que possuem com relação aos espaços ao ar livre no bairro, representado na Figura 5, em que 68,5% dos participantes demonstram estarem felizes ou muito felizes com esses espaços. Podemos inferir que apesar da infraestrutura do

bairro ser precária, há participantes que se sentem felizes com os espaços e bens materiais disponíveis, a simplicidade de suas casas e o bairro. Como é ali que estão os seus familiares e amigos, provavelmente esse é o aspecto que consideram mais relevante para o seu bem-estar (REZENDE; LEMOS; MEDEIROS, 2017). Ainda nessa dimensão, nos chama a atenção que 34,7% são indiferentes, discordam ou não sabem responder com relação aos lugares para brincar ou se divertir e 31,5% são indiferentes ou estão infelizes com esse espaço, resultados mostrados na Figura 5 respectivamente, o que nos remete a pensar que o bem-estar é um aspecto subjetivo e que está relacionado com as percepções individuais e oportunidades de conhecer outras realidades (RIZZINI *et al.*, 2015).

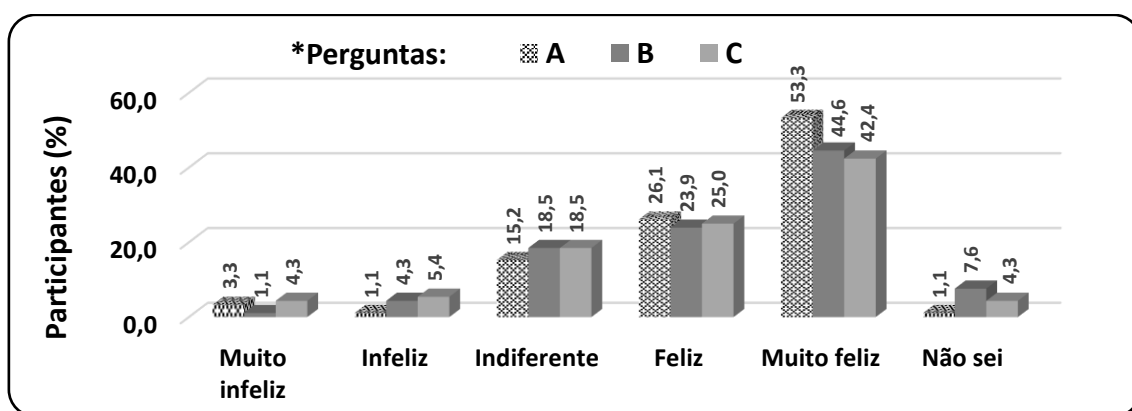


Gráfico 5 - Satisfação com o bairro onde vive*

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

*O quanto feliz você se sente com: a) Como você é tratado quando vai ao médico? b) Os espaços ao ar livre que as crianças podem usar em seu bairro? c) O bairro onde vive, em geral?

As pesquisadoras observaram que na escola onde estudam não há quadra esportiva e os alunos estão limitados às atividades de educação física no pátio do colégio. A escassa infraestrutura esportiva, tanto no bairro quanto na escola, pode comprometer as relações sociais e conseqüentemente a qualidade de vida dos participantes. É preocupante essa falta de interação entre os pares, pois os faz optar cada vez mais por atividades eletrônicas, reduzindo o convívio social que têm, e torna-se uma relação de causa e efeito, na qual o uso de jogos eletrônicos pode aumentar o isolamento ou vice-versa. Sobral *et al.* (2015) salientam que à atividade física favorece uma boa saúde, sendo responsável por “reduzir os níveis de ansiedade, estresse e depressão, aumentar o humor, o bem-estar físico e psicológico, à autoestima, o rendimento nos estudos e nas demais atividades da vida diária, influenciando positivamente na qualidade de vida” (p. 575). A prática esportiva pode ser

estimulada no ambiente escolar, desde que haja uma infraestrutura que contemple atividades diversas e atenda aos interesses individuais dos alunos, envolvendo o grupo em projetos motivadores. Assim, observou-se que “é importante considerar a possibilidade de um programa de esporte educacional e que este pode contribuir para uma melhor percepção de qualidade de vida entre crianças e adolescentes” (SOBRAL *et al.*, 2015, p. 574), já que o ambiente externo à escola não oferta ambientes de lazer e práticas esportivas.

Ainda nessa dimensão observou-se que 79,4% dos participantes estão felizes com o atendimento médico recebido, em detrimento de 20,6 que são indiferentes ou infelizes com esse tratamento. Notou-se também que 67,4% estão felizes ou muito felizes com o bairro onde vivem e outros 32,6% são indiferentes ou estão infelizes com as condições que estão ali postas. A satisfação com o bairro onde vive está diretamente relacionada ao fato de se sentir feliz ou não com as condições estruturais, de segurança e de lazer ofertadas, e, conseqüentemente, vividas no dia a dia pelos participantes. Ainda que o índice de insatisfação e infelicidade seja menor, aqui destacada por alguns participantes, é importante estarmos atentos às necessidades e condições postas a esses jovens, entendendo que “a possibilidade de se contar com uma rede de suporte social que abarque o círculo de amigos, a família, a comunidade e o ambiente cultural fazem toda a diferença quando se trata de superar condições de risco e vulnerabilidade social (GERMANO; COLAÇO, 2012, p. 382).

3.3 Ambiente escolar

Em conjunto com a família e o ambiente onde vive, a escola é o espaço onde a criança e o adolescente buscam compartilhar suas experiências e dificuldades, vivendo ali boa parte do seu dia.

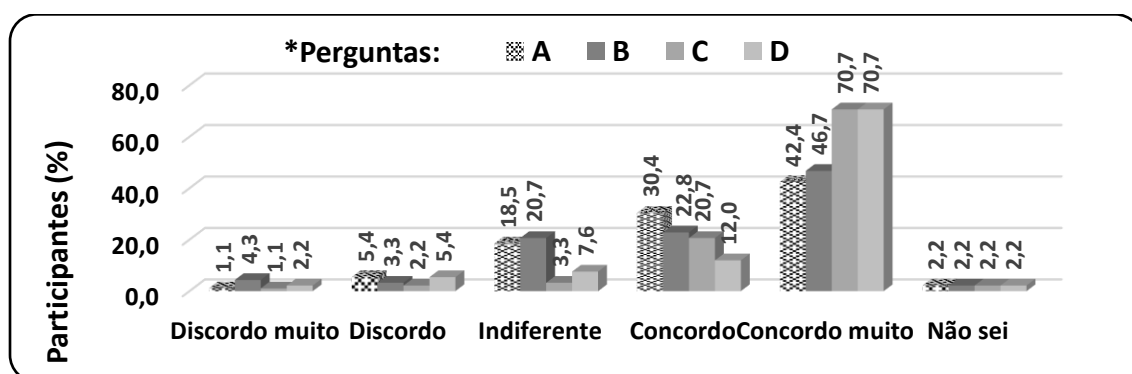


Gráfico 6 - Ambiente escolar*

Fonte: fontes da pesquisa - elaborado pelas autoras (2019)

* O quanto você concorda ou discorda com cada uma destas frases? A) Meus professores me escutam e levam em conta o que eu falo; B) Eu gosto de ir à escola; C) Meus professores me tratam bem; D) Eu me sinto seguro na escola.

No ambiente escolar, Figura 6, observou-se que no convívio com os professores, 91,4% dos participantes concordam serem muito bem tratados, 72,8% concordam que são escutados e levados em consideração. Esses resultados consolidam a importância do contexto escolar e nos fortalecem, visto que muitos buscam acolhimento fora do ambiente familiar, sendo a escola uma oportunidade para transpor barreiras e adquirir não só recursos intelectuais como conhecimento científico e literário, mas também recursos emocionais para lidar com as adversidades que estão para além dos muros da escola.

Pode ser em função disso que 77,5% dos participantes se sentem seguros na escola, 9,8% discordam dessa afirmação, 12,7% são indiferentes ou não souberam responder. A insegurança vivida no ambiente externo pode ser compreendida e amenizada quando encontram respaldo no ambiente escolar, sendo junto às famílias e às instituições, redes de proteção que “podem promover a resiliência, dependendo do tipo de inter-relação possível nesses contextos, que deverão ser marcados pela qualidade, afetividade e reciprocidade” (BORGES; ALENCAR, 2015, p. 7). Entretanto, nos preocupa os resultados de 18,5% que são indiferentes, 8,7% que não se sentem ouvidos e compreendidos ou não souberam responder, visto que se não encontram ressonância com esse espaço de convívio, o ambiente externo pode de alguma forma influir em suas vidas de forma agressiva e causar marcas profundas (PETRUCCI; BORBA; KOLLER, 2016).

Ainda nessa ideia, 63,4% afirmam que gostam de ir à escola. Sabe-se que para muitas crianças e adolescentes, a escola é o único ambiente de convívio social e onde se sentem seguros, aquele espaço em que buscam compreensão tanto dos professores quanto dos pares, aprendendo ali a se relacionar com as diferenças e obter o respeito mútuo. Esse espaço propicia “a experiência de relações de hierarquia, vivência de igualdades e convívio com as diferenças, influenciando na estrutura de formação do indivíduo” (SOBRAL *et al.*, 2015, p. 574). O índice de 33,6% dos que são indiferentes ou que não gostam de ir à escola pode estar relacionado ao fato de que não encontram ali a receptividade e a compreensão que precisam para lidar com as angústias e dificuldades, podendo, na maioria das vezes, ser também um ambiente estressante e de exposição das suas fragilidades, já que precisam estar receptivos e atentos ao aprendizado, mas para que isso aconteça, outras necessidades básicas precisam ser atendidas (SARMENTO; TREVISAN, 2017).

3.4 Autopercepção

A autopercepção é um aspecto que muito influencia na qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, podendo contribuir ou comprometer o modo como lidam com as adversidades que estão presentes na vida diária e o como pode impactar no futuro. Na tabela 1 podemos observar como os participantes percebem a si mesmos nas diferentes áreas da vida.

	Muito Infeliz	Infeliz	Indiferente	Feliz	Muito Feliz	Não sei
A liberdade que você tem	3,3	1,1	1,1	20,7	69,6	1,1
Sua saúde	1,1	2,2	4,3	19,6	72,8	0,0
A sua aparência	2,2	2,2	4,3	21,7	69,6	0,0
O que você faz no seu tempo livre	0,0	1,1	7,6	22,8	68,5	0,0
Como você é ouvido por adultos	3,3	2,2	12,0	27,2	53,3	2,2
Sobre o quanto seguro você se sente	1,1	1,1	8,7	14,1	72,8	2,2
Com as coisas nas quais você quer ser bom	1,1	0,0	7,6	17,4	72,8	1,1
Sobre fazer coisas longe de casa	7,6	12,0	21,7	17,4	39,1	2,2
Sobre o que pode acontecer com você no future	2,2	4,3	9,8	18,5	57,6	7,6
A sua vida como um todo	1,1	1,1	6,5	15,2	70,7	5,4

Tabela 1 – Autopercepção – O quanto feliz você se sente com...

Fonte: dados da pesquisa-elaborado pelas autoras (2019)

Na Tabela 1, observou-se que os participantes demonstram estar felizes ou muito felizes com a sua vida como um todo. O índice mais baixo está relacionado a fazer coisas longe de casa, uma vez que somente 56,5% estão felizes ou muito felizes com essa questão. Esse resultado indica que gostariam de conhecer e frequentar outros ambientes que não os próximos às suas casas, vislumbrando novas oportunidades e experiências. Segundo Corsaro (2011), a criança é curiosa e não é facilmente saciada, a cada experiência cotidiana cria expectativas sobre o mundo que a cerca e busca meios para explorá-lo. Com o avanço da idade, as expectativas aumentam e os meios são aperfeiçoados.

Ainda com relação à autopercepção, os participantes demonstram estarem satisfeitos consigo mesmo, uma vez que 92,4% estão felizes com a saúde, 91,3% com a aparência, 86,9% com a segurança pessoal, 90,2% com as coisas nas quais querem ser bons. Esse resultado mostrou que, apesar das dificuldades diárias, é em si mesmo e nas relações interpessoais que a criança e o adolescente em risco social buscam apoiar-se, ou seja, “os

recursos mais acessíveis são a própria interioridade (personalidade, disposições pessoais, força de vontade, reflexividade, espiritualidade) e as relações interpessoais no espaço familiar e entre amigos” (GERMANO; COLAÇO, 2012, p. 386). Observamos que 76,1% estão felizes ou muito felizes sobre o que pode acontecer com o próprio futuro, em contrapartida, outros 9,8% são indiferentes, 6,5% estão infelizes ou muito infeliz nesse quesito e 7,6% não souberam responder. Os aspectos de vulnerabilidade e as condições de pobreza ou extrema pobreza podem contribuir para as incertezas quanto ao futuro, visto que as experiências que observam de seus familiares, vizinhos e amigos é de que tiveram poucas oportunidades de trabalho e ou condições para mudar o contexto de vida. (GERMANO; COLAÇO, 2012).

A compreensão da condição de vida pelas crianças, na visão de Corsaro (2011), deve-se ao fato de elas serem agentes sociais ativos e criativos em seus contextos de vida e produzirem suas próprias e exclusivas culturas infantis sem perder contato com a sociedade dos adultos. Essa é uma condição fundamental para o seu desenvolvimento e aprendizado, em especial para a ressignificação e amenização das desigualdades do contexto onde vivem.

Considerações Finais

O presente estudo investigou o que pensam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade sobre o bem-estar e a qualidade de vida nos contextos onde vivem. Os resultados mostram que a percepção da criança acerca do mundo lhe permite diferenciar os fatores positivos e negativos que envolvem as experiências com seus pares, familiares e sociedade.

Sobre as experiências familiares, constatou-se que a condição precária em que vivem, associada às longas jornadas de trabalho dos familiares e a baixa remuneração agrava as condições de vida, ampliando a vulnerabilidade dos pais e, por consequência, dos filhos. No entanto, apesar das dificuldades, as crianças indicam satisfação com a vida junto aos pais e ou responsáveis.

Com relação à escola, colegas e professores, as crianças manifestam sentirem-se felizes e satisfeitas. Para muitos, a escola é considerada como espaço de proteção onde, além de aprender, podem vislumbrar uma vida diferente futuramente. Na escola, podem encontrar os amigos, brincar, praticar esportes e se sentir seguros enquanto os pais estão trabalhando.

Na comunidade onde vivem, a exposição já existente aos riscos como envolvimento com uso e tráfico de drogas, uso de álcool e mão de obra infantil implicam diretamente no

bem-estar da família. A presença cotidiana das crianças em casa e nas ruas tende a ampliar esses riscos e favorecer outros. No entanto, essa conclusão é mais bem aceita por quem observa de fora a realidade na comunidade, influenciada por diversos fatores que não são percebidos pelas crianças. As crianças sabem da existência desses fatores, porém, quando questionadas sobre o bem-estar nos contextos onde vivem, manifestam aspectos positivos, o que é destacado por Sarmiento e Trevisan (2017) como fatores que só fazem sentido para as crianças. Mesmo frente a diversos problemas sociais percebem um mundo positivo diferente dos adultos.

Ouvir as crianças sobre o que pensam e como se sentem em relação à vida na família, na comunidade e na escola proporcionou às pesquisadoras extrapolar os muros da universidade e construir novas percepções e conhecimentos sobre as desigualdades sociais, bem como sobre a importância de intervenções e de políticas públicas de atendimento a esta população. Para as crianças, provavelmente foi proporcionada reflexão sobre os contextos de vida e as suas próprias experiências. Por fim, esse estudo indicou algumas possibilidades de compreensão dos contextos de vida de crianças socioeconomicamente desfavorecidas como um compromisso também da educação.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/14829397/80861882/name/Juventude+e+violencia++miriam+Abramoway.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 21.

ABREU, Desirée Pereira de. *et al.* Estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes de zonas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 32(9). 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00126815>.

AYRES, José Ricardo Carvalho Mesquita, *et al.* Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Campos GWS, Bonfim JRA, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Júnior M, Carvalho YM, organizadores. **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009. p. 375-417.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira.; DELGADO, Ana Cristina Coll., TOMÁS, Catarina Almeida. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? quais teorias? quais questões? quais métodos? **Inter-Ação, Goiânia**, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35869>> DOI 10.5216/ia.v40i3.36351.

BEDIN, Livia Maria.; SARRIERA, Jorge Castellá. Propriedades psicométricas das escalas de bem-estar: PWI, SWLS, BMSLSS e CAS. **Avaliação Psicológica**, 13(2), 213-225, 2014. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167704712014000200009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em fevereiro de 2021.

BORGES, Luciana Souza., ALENCAR, Heloisa Moulin de. Violence in the brazilian scenario: risk factors of adolescents facing a contemporary reality. **Journal of Human Growth and Development**, 25(2), 194-203. 2015. <https://doi.org/10.7322/jhgd.103015>.

BOUDON, Raymond. **Métodos quantitativos em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BRASIL. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1990.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary. Infâncias, adolescências e famílias. Capítulo 14 - A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232-253. ISBN: 978-85-7982-060-1

GASPAR, Tânia. Matos *et al.* Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. **Rev Bras Ter Cogn** 2006; 2(2):47-60, 2010.

GUEDES, Dartagnan Pinto., GUEDES, Joana Eklizabete. Tradução, adaptação transcultural e propriedades psicométricas do KIDSCREEN-52 para a população brasileira. **Rev Pau Pediatr** 2011;29(3):364-71.

GERMANO, Idilva Maria Pires., COLAÇO, Veriana Fatima Rodrigues. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estudos de Psicologia**, 17 (3), 381-387, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300005>.

JUNIO, Itamar Souza de Lima. É muito triste, é muito cedo, é muito covarde cortar infâncias pela metade. In CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Caderno de artigos: ECA 30 Anos: 40p**. Brasília, 2020.

ONU. Brasil. Disponível em <http://onu.org.br/>. Acesso em março de 2021.

PACKMANN, Marcelo. Risk reduction and the micropolitics of social justice in mental health care. Politechnic University of Hong Kong. In: ALDARONDO, E. *Advancing Social Justice Through Clinical Practice*. Miami: University of Miami, 2007.

PETRUCCI, Giovana Wanderley.; BORSA, Juliane Callegaro.; KOLLER, Silvia Helena A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 391-402, 2016.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de P.; KOLLER; Sílvia Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Porto Alegre, v.25, n.3, p. 403-408, mar. 2009.

REZENDE, Barbara Antunes., LEMOS, Stela Maris Aguiar., MEDEIROS, Adriane Mesquita de. Qualidade de vida e autopercepção de saúde de crianças com mau desempenho escolar. **Rev Paul Pediatr.**, 35(4), 415-421, 2017. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2017;35;4;00009>.

RIBEIRO, Wânier.; ROMERO, Emílio. **Vulnerabilidade humana e conflitos sociais**. Della Bídia, 2009.

O QUE PENSAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOBRE O SEU BEM-ESTAR E A QUALIDADE DE VIDA.

D'ARÓZ, MARLENE S.; ABATE, ELIZABETE A. B.; STOLTZ, TANIA.

RIZZINI, Irene *et al.* Infância e juventude: processos de vulnerabilização e estratégias de resistência na América Latina. **O Social em Questão**. V. XVIII, n. 34, 2015.

SARRIERA, Jorge Castellá. **Bem-estar na infância e fatores psicossociais associados**. 1ª ed. Porto Alegre, 2014.

SARMENTO, Jacinto Manoel.; TREVISAN, Gabriela. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 17-34, set. 2017.

SARMENTO, Jacinto Manoel.; VEIGA, Fátima. **Pobreza Infantil: realidades, desafios, propostas**. Edições Humus, Portugal, 2010.

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral.; MOURA, Leides Barroso azevedo. Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(7):2105-2120, 2015DOI: 10.1590/1413-81232015207.10742014.

SOARES, Ana Helena Rota *et al.* Qualidade de vida de crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(7), 2011.

SOBRAL, Mirely Eunice *et al.* Avaliação da qualidade de vida de adolescentes em situação de Vulnerabilidade social. **Rev. Bras. Promoção da Saúde**, 28(4), 568-577, 2015. <https://doi.org/10.5020/18061230.2015.p568>.

TOMÁS, Catarina. As culturas da infância na educação de infância: um olhar a partir dos direitos da criança. **Interações**. NO. 32, PP. 129-144, 2014.

TONUCCI, Francesco. **Com os olhos de criança**. Porto Alegre: Artmed. p.160, 2003.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2015: Reimagine o Futuro: Inovação para cada criança**. Disponível em: https://www.unicef.org/publications/files/SOWC_2015_Summary_Portuguese_Web.pdf. Acesso em março de 2021.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. **Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social**. vi. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Amazonas, 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Antonio (org.). (Orgs.). **Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 312 p.

Revisores de línguas e ABNT/APA: Adolfo Antônio Hickmann

Submetido em 19/09/2021

Aprovado em 25/06/2022

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)